



MINISTÉRIO DA CIDADANIA
Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS

**294ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de
Assistência Social – CNAS**

Ata da ordem dos dias 11 e 12 de março de 2021

(Realizada por Videoconferência)

MINISTÉRIO DA CIDADANIA
Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS

Ata da 294ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS

Local: Ambiente Virtual CNAS

Data: 11 e 12/03/2021

1 Aos onze e doze dias do mês de março de dois mil e vinte e um realizou-se 294ª Reunião Ordinária
2 do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, sob a Coordenação do Conselheiro Miguel
3 Ângelo Gomes Oliveira, Presidente do CNAS e Representante do Ministério da Cidadania.
4 Estiveram presentes os seguintes Conselheiros (as) Titulares e Suplentes: Conselheiro Titular
5 Miguel Ângelo Gomes Oliveira, Representante do Ministério da Cidadania; Conselheiro Suplente
6 Marcos Maia Antunes, Representante do Ministério da Cidadania; Conselheiro Titular Danyel Iório
7 de Lima, Representante do Ministério da Cidadania; Conselheira Titular Karoline Aires Ferreira
8 Vasconcelos, Representante do Ministério da Cidadania; Conselheira Suplente Heloiza de Almeida
9 Prado Botelho Egas, Representante do Ministério da Cidadania; Conselheiro Titular André
10 Rodrigues Veras, Representante do Ministério da Cidadania; Conselheira Suplente Maria Cícera
11 Pinheiro, Representante do Ministério da Cidadania; Conselheira Suplente Natália Cerqueira de
12 Sousa, Representante do Ministério da Cidadania; Conselheira Titular Vitória Batista Silva,
13 Representante do Ministério da Cidadania; Conselheiro Titular Iury Revoredo Ribeiro,
14 Representante do Ministério da Cidadania; Conselheira Suplente Solange Teixeira, Representante
15 do Ministério da Cidadania; Conselheira Titular Thaís Serra de Vasconcellos, Representante do
16 Ministério da Cidadania; Conselheira Suplente Luciana Peres, Representante do Ministério da
17 Cidadania; Conselheiro Suplente Becchara Rodrigues de Miranda, Representante do Ministério da
18 Cidadania; Conselheira Titular Célia Maria de Souza Melo Lima, Representante do Fórum Nacional
19 de Secretários (as) de Estado da Assistência Social – FONSEAS; Conselheira Suplente Aline
20 Araújo Silva, Representante do Fórum Nacional de Secretários (as) de Estado da Assistência Social
21 – FONSEAS; Conselheira Titular Vanda Anselmo Braga dos Santos, Representante do Colegiado
22 Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social – CONGEMAS; Conselheira Titular
23 Aldenora Gomes González, Vice-Presidente do CNAS e Representante do Instituto EcoVida;
24 Conselheiro Titular Clóvis Alberto Pereira, Representante da Organização Nacional de Cegos do
25 Brasil – ONCB; Conselheira Suplente Roberta Fernandes de Souza, Representante da Rede Latino
26 Americana de Pessoas Trans – REDLACTRANS; Conselheira Suplente Valneide Nascimento dos
27 Santos, Representante do Instituto Nacional Afro Origem – INAO; Conselheira Suplente Telma

28 Maria Viga de Albuquerque, Representante da ABRA - Associação Brasileira de Autismo;
29 Conselheira Titular Maria Aparecida do Amaral Godoi de Faria, Representante da Central Única
30 dos Trabalhadores – CUT; Conselheiro Titular Marco Antonio da Silva Cruzeiro, Representante da
31 Federação Nacional dos Assistentes Sociais – FENAS; Conselheira Suplente Larissa de Melo
32 Farias, Representante do Conselho Federal de Psicologia – CFP; Conselheira Suplente Vânia Maria
33 Machado, Representante da Federação Nacional dos Psicólogos – FENAPSI; Conselheira Titular
34 Rozangela Borota Teixeira, Representante da Federação Brasileira de Associações
35 Socioeducacionais de Adolescentes – FEBRAEDA; Conselheiro Titular Carlos Nambu,
36 Representante da Inspeção São João Bosco – ISJB; Conselheira Suplente Andrea Perotti Harrop,
37 Representante da Cáritas Brasileira; Conselheira Suplente Marta Volpi, Representante da Fundação
38 ABRINQ pelos Direitos da Criança e do Adolescente; Conselheira Suplente Edna Aparecida
39 Alegro, Representante da Federação Nacional das Associações Pestalozzi – FENAPESTALOZZI.
40 **ABERTURA 11/03/2021:** A Conselheira Aldenora Gomes González, Vice-Presidente do CNAS e
41 Representante do Instituto EcoVida, iniciou a 294ª Reunião Ordinária do CNAS cumprimentando a
42 todos e justificando que coordenará a reunião até o retorno do Presidente Miguel Ângelo Gomes
43 Oliveira, que não pode está presente nesse momento. Em seguida, solicitou que a Secretária-
44 Executiva Substituta do CNAS realizasse a verificação do quórum. Verificado o quórum, colocou a
45 Ata da 293ª Reunião Ordinária em votação, sendo aprovada por unanimidade. Em seguida, realizou
46 a leitura da pauta, que estava composta pelos seguintes itens: Dia 11/03/2021: 9h30 às 10h -
47 Aprovação da ata da 293ª Reunião Ordinária e da pauta da 294ª Reunião Ordinária do CNAS; 10h
48 às 11h - Informes da Presidência/Secretaria Executiva, MC, FONSEAS, CONGEMAS, CIT e
49 Conselheiros e Informes da SNAS sobre a Covid-19; 11h às 12h30 - Relato da reunião da Comissão
50 de Acompanhamento aos Conselhos da Assistência Social; 14h às 16h - Relato da reunião da
51 Comissão de Normas da Assistência Social; 16h às 18h - Relato da reunião da Comissão de Política
52 da Assistência Social. Dia 12/03/2021: 9h30 às 10h30 - Relato da Presidência Ampliada do CNAS;
53 10h30 às 12h30 – Relato da Comissão de Acompanhamento dos Benefícios da Política Nacional de
54 Assistência Social e Transferência de Renda; 14h às 16h - Relato da reunião da Comissão
55 Financiamento e Orçamento da Assistência Social; 16h às 17h30 - Discussão da criação de uma
56 Comissão (de Ética ou outra). Questionou se haveria alguma observação a ser feita e não havendo, a
57 pauta da 294ª Reunião Ordinária do CNAS foi aprovada por unanimidade. Passando aos informes
58 da Presidência/Secretaria Executiva, a Sra. Mirian da Silva Queiroz, Secretária-Executiva Substituta

59 do CNAS, realizou os seguintes informes: 1. Ausências Justificadas: Conselheira Maria Aparecida
60 do Amaral Godoi de Faria; Conselheiro Aguinaldo Umberto Leal nesta reunião ordinária devido à
61 falta de *internet* para acompanhar a reunião *online*; Conselheira Sílvia Regina Santos na reunião
62 plenária no período da manhã do dia 11, quinta-feira, e do dia 12, sexta-feira, devido a
63 compromissos institucionais; Conselheira Irene Rodrigues da Silva nesta 294ª Reunião Ordinária,
64 virtual, devido a problemas de saúde na família. 2. Convocações/Participações: A Conselheira
65 Maria Aparecida do Amaral Godoi de Faria foi convocada para participar da 14ª Reunião da
66 Comissão Permanente dos Direitos ao Trabalho, à Educação e à Seguridade Social do Conselho
67 Nacional dos Direitos Humanos - CNDH no dia 3 de março de 2021 das 10h às 13h; as/os
68 Conselheiras/os Nacionais foram convocados para 294ª Reunião Ordinária do CNAS a ser realizada
69 nos dias 9, 10, 11 e 12 de março de 2021, de forma *online*; as/os Conselheiras/os André Rodrigues
70 Veras, Carlos Nambu, Célia Maria de Sousa Melo Lima, Irene Rodrigues Silva, Becchara Miranda,
71 Marco Antônio Cruzeiro e a Vice Presidente Aldenora González foram convocados para Reunião
72 Trimestral do CNAS com os CEAS e CAS/DF do CNAS realizada no dia 8 de março de 2021, de
73 forma *online*. 3. *E-mails* enviados aos conselheiros do CNAS: Questionário da estudante Rebeca
74 Dantas da Universidade de Brasília – UnB para preenchimento sobre o perfil do conselheiro; *Link*
75 do *Drive* - 293ª Reunião Ordinária; Memórias pós-p plenária da 293ª Reunião Ordinária do CNAS;
76 Arte sobre consulta pública referente à Resolução nº 237/2006 para disparo via *e-mail* ou
77 *WhatsApp*; Ata e Degravação da 293ª Reunião Ordinária do CNAS que aconteceu nos dias 10 e 11
78 de fevereiro de 2021; Pauta da 294ª Reunião Ordinária do CNAS; Convite para lançamento do livro
79 “Cidades Inteligentes: uma abordagem humana e sustentável” - Dia 03/03 às 17h; Informações
80 sobre o Decreto nº 10.139/2019; Resolução CNAS/MC nº 28, de 25 de fevereiro de 2021, publicada
81 no Diário Oficial da União – DOU para conhecimento. 4. Resoluções, Decretos, Leis e Portarias
82 publicadas no DOU: Decreto, de 12 de fevereiro de 2021, que nomeia João Inácio Ribeiro Roma
83 Neto para exercer o cargo de Ministro de Estado da Cidadania; Portaria MC nº 608, de 12 de
84 fevereiro de 2021, que altera a Portaria nº 2368 de 20 de dezembro de 2019 do Ministério da
85 Cidadania que aprova o Plano Estratégico do Ministério da Cidadania para o período de 2019 a
86 2022; Portaria MC nº 609, de 19 de fevereiro de 2021, autoriza a implementação de Programa de
87 Gestão, em especial na modalidade de teletrabalho, no âmbito do Ministério da Cidadania;
88 Resolução CNAS/MC nº 28, de 25 de fevereiro de 2021: publicada no Diário Oficial da União –
89 DOU; Pauta da 294ª Reunião Ordinária do CNAS; Portaria SNAS/MC nº 17, de 25 de fevereiro de

90 2021: altera a PORTARIA MC nº 166, de 24 de dezembro de 2020, para prorrogar o prazo de
91 preenchimento para os gestores e Conselhos de Assistência Social do Demonstrativo Sintético
92 Anual de Execução Físico Financeira do exercício de 2019; Decreto nº 10.643, de 3 de março de
93 2021: altera o Decreto nº 9.893, de 27 de junho de 2019, que dispõe sobre o Conselho Nacional dos
94 Direitos da Pessoa Idosa; Portaria MC nº 610, de 2 de março 2021 que altera a Portaria nº 44, de 09
95 de maio de 2013, que estabelece procedimentos para a doação da Lancha da Assistência Social e
96 para o cofinanciamento federal de sua manutenção, por meio do Piso Básico Variável – PBV;
97 Portaria MC nº 611, de 2 de março de 2021, que concede novo prazo para a Portaria nº 508, de 19
98 de outubro de 2020, que trata da retomada dos procedimentos de inscrição no Cadastro Único para
99 Programas Sociais do Governo Federal, face ao estado de emergência de saúde pública de
100 importância nacional decorrente do Coronavírus, Covid-19. 5. CNAS Informa: Conheça o
101 calendário de reuniões do CNAS e data da 12ª Conferência Nacional de Assistência Social –
102 Enviado dia 8 de fevereiro; 12ª Conferência Nacional de Assistência Social convocada para
103 dezembro de 2021 – Enviado dia 12 de fevereiro; Consulta pública sobre Resolução de
104 funcionamento dos Conselhos encerra em breve – Enviado dia 1º de março; Reunião Trimestral
105 com Conselhos de Assistência Social acontece na próxima segunda-feira – Enviado dia 5 de março.
106 6. Aniversariantes do mês: dia 15 - Conselheira Vanda Anselmo Braga dos Santos; dia 30 –
107 Conselheira Valneide Nascimento dos Santos; dia 31 – Conselheiros Agostinho Soares Belo e
108 Carlos Nambu. O Conselheiro Carlos Nambu, Representante da Inspetoria São João Bosco – ISJB,
109 manifestou que não foi incluída a sua justificativa de ausência no período da manhã do dia 12 de
110 março de 2021. Passando aos informes do Ministério da Cidadania, a Conselheira Heloiza de
111 Almeida Prado Botelho Egas, Representante do Ministério da Cidadania, informou sobre a
112 continuidade da aplicação da Portaria nº 337/2020 ao cofinanciamento do Serviço de Convivência e
113 Fortalecimento de Vínculos - SCFV no ano de 2021, enquanto durar a Emergência em Saúde
114 Pública de Importância Nacional. Seguindo ao informes da SNAS sobre a Covid-19, o Conselheiro
115 Danyel Iório de Lima, Representante do Ministério da Cidadania, informou sobre a publicação dos
116 seguintes itens: Decreto nº 10.624, de 29 de janeiro de 202, que altera o Decreto nº 10.579, de 18 de
117 dezembro de 2020, que estabelece regras para a inscrição de restos a pagar das despesas de que trata
118 o art. 5º da Emenda Constitucional nº 106, de 7 de maio de 2020; Portaria MC nº 601, de 29 de
119 janeiro de 2021, que altera as Portarias MC nº 369 e 378 conforme o Decreto nº 10.624; Portaria
120 MC nº 605, de 5 de fevereiro de 2021, que altera o art. 12 da Portaria nº 369, de 29 de Abril de

121 2020, que dispõe sobre o repasse financeiro emergencial de recursos federais para a execução de
122 ações socioassistenciais e estruturação da rede do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, no
123 âmbito dos estados, Distrito Federal e municípios devido à situação de Emergência em Saúde
124 Pública de Importância Nacional - ESPIN, em decorrência de infecção humana pelo novo
125 Coronavírus, Covid-19. Salientou a situação de emergência do estado do Acre, ponderando que o
126 Ministério da Cidadania está atuando junto ao estado monitorando a situação. Seguindo aos
127 informes do FONSEAS, a Conselheira Célia Maria de Souza Melo Lima, Representante do Fórum
128 Nacional de Secretários (as) de Estado da Assistência Social – FONSEAS, relatou que o FONSEAS
129 já divulgou o relatório das atividades realizadas durante o ano de 2020 e já está executando o Plano
130 de Ação de 2021 e que o seu Presidente esteve em reuniões com o Presidente do Conselho Nacional
131 de Secretários de Saúde dos Estados, em que fez uma defesa sobre a vacinação dos trabalhadores do
132 SUAS no Brasil. Ressaltou o lançamento da Câmara Temática da Assistência Social no consórcio
133 de governadores do nordeste, explanando que o Pacto Social pelo Nordeste passará por uma revisão
134 no sentido de integrar as propostas das demais Câmaras Técnicas instaladas. Com relação ao
135 CONGEMAS, a Conselheira Vanda Anselmo Braga dos Santos, Representante do Colegiado
136 Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social – CONGEMAS, registrou que foram
137 realizadas duas publicações do CONGEMAS com o Fundo Internacional de Emergência das
138 Nações Unidas para a Infância - UNICEF referente às contribuições para a rede socioassistencial: a
139 Cartilha Contribuições para a Adaptação e o Aprimoramento dos Serviços da Proteção Básica no
140 SUAS no Contexto de Calamidade, Emergência e Pandemia e o Documento de Diretrizes e
141 Orientações Gerais para Preparação dos CRAS em Contexto de Calamidade, Emergência e
142 Pandemia da Covid-19. Notificou que está em processo de finalização a Pesquisa SUAS em
143 Números, em que será identificado como se dá o cofinanciamento dos municípios em relação ao
144 SUAS e que o CONGEMAS vem realizando uma mobilização nacional junto a outros coletivos para
145 inclusão dos trabalhadores do SUAS na Política Nacional de Imunização. Discorreu que outras
146 mobilizações realizadas pelo Colegiado são pela recomposição do orçamento, a Campanha
147 #600SemDesmonte e #600AtéoFimdaPandemia pela manutenção do Auxílio Emergencial e o
148 processo referente à permanência do Cadastro Único. Acrescentou que foi realizada a eleição da
149 Diretoria do CONGEMAS, no dia 17 de fevereiro de 2021, em que foi eleito o Presidente Elias de
150 Sousa Oliveira, Foz Iguaçu/PR – Grande Porte e o Vice-Presidente Valdiosmar Vieira Santos –
151 Lagarto/SE – Médio Porte, salientando que já foram encaminhado ao CNAS as novas

152 representações que serão: a Sra. Ieda Maria Nobre Castro como titular e a Sra. Magali Pereira
153 Costato Basili como suplente. Despediu-se de todos, afirmando que teve um grande aprendizado. A
154 Vice-Presidente Aldenora Gomes González agradeceu pela representação da Conselheira Vanda
155 Anselmo Braga dos Santos e do Conselheiro Josenildo André Barboza e deu boas-vindas a Sra. Ieda
156 Maria Nobre Castro, que realizou uma breve saudação a todos. O Conselheiro Marco Antonio da
157 Silva Cruzeiro, Representante da Federação Nacional dos Assistentes Sociais – FENAS informou
158 que a reunião da CIT foi cancelada e saudou a Conselheira Vanda Anselmo Braga dos Santos e o
159 Conselheiro Josenildo André Barboza pela parceira. Cumprimentou os novos representantes do
160 CONGEMAS e destacou a importância da inclusão do FONSEAS e do CONGEMAS na Comissão
161 Organizadora da 12ª Conferência Nacional de Assistência Social. Prosseguindo aos informes dos
162 Conselheiros, a Conselheira Larissa de Melo Farias, Representante do Conselho Federal de
163 Psicologia – CFP, informou que os novos conselheiros regionais de psicologia do nordeste
164 elaboraram um nota solicitando a inclusão de todos os trabalhadores da assistência social como
165 segmento prioritário para vacinação. A Conselheira Célia Maria de Souza Melo Lima explanou que
166 o FONSEAS já colocou a sua posição contrária a não participação do CONGEMAS e do
167 FONSEAS na Comissão Organizadora, considerando que a gestão do SUAS é compartilhada entre
168 os entes federados. Informou que o Fórum Nacional de Conselhos Estaduais de Assistência Social –
169 FONACEAS reuniu-se no dia 5 de março de 2021 e encaminhou ofício para a Presidência do
170 CNAS referente às conferências de assistência social de 2021, aos encaminhamentos e definições
171 sobre a inclusão dos trabalhadores do SUAS no grupo prioritário de vacinação contra a Covid-19,
172 ao financiamento da Política Pública de Assistência Social e à solicitação de inclusão nas pautas das
173 reuniões ordinárias da discussão sobre a PEC nº 32/2020. A Conselheira Valneide Nascimento dos
174 Santos, Representante do Instituto Nacional Afro Origem – INAO, notificou que o INAO foi eleito
175 para participar do Conselho Estadual de Assistência Social de Santa Catarina – CEAS/SC e
176 concordou com a necessidade de discussão sobre a PEC nº 32/2020. Sugeriu que fosse elaborada
177 uma nota de indignação em relação às mortes pela Covid-19. A Vice-presidente Aldenora Gomes
178 González reforçou a importância do CNAS se posicionar em defesa da vida e compreendeu que
179 devem reativar o Comitê Covid-19 da Presidência Ampliada, sugerindo realizar uma reunião. O
180 Conselheiro Clóvis Alberto Pereira, Representante da Organização Nacional de Cegos do Brasil –
181 ONCB, intuiu que seria legítimo que esse Conselho diga algo sobre as mais de 270 mil mortes pela
182 Covid-19 e a Vice-presidente Aldenora Gomes González destacou a necessidade de articulação com

183 os conselhos estaduais e municipais de saúde. Notificou que o Instituto EcoVida definiu alguns
184 estados como prioridade nos quais havia maiores problemas e que estão se preparando para o 10º
185 Fórum Internacional Pan-Amazônico que acontecerá em novembro de 2022 em Belém/PA.
186 Registrou a importância de realizar incidência com as secretarias municipais e estaduais de saúde e
187 solicitar uma audiência com o novo Ministro de Estado da Cidadania para conhecimento da agenda
188 do CNAS. Passando ao relato da reunião da Comissão de Acompanhamento aos Conselhos da
189 Assistência Social, realizada no dia 9 de março de 2021, o Conselheiro Marco Antonio da Silva
190 Cruzeiro elencou os conselheiros, convidados e membros da Secretaria Executiva do CNAS
191 presentes e discorreu que foram debatidos os seguintes itens de pauta: Item 1. Apresentação do
192 Painel de Monitoramento dos conselhos por parte da SAGI de acordo com as tratativas do
193 DGSUAS. Encaminhamentos: 01) Encaminhar a SAGI as informações do monitoramento das ações
194 pertinentes ao cumprimento do art. 30 da LOAS, com vistas de aprimorar o Painel de
195 Monitoramento dos Conselhos; 02) Convidar a SAGI para a continuidade das tratativas quanto ao
196 aprimoramento do painel com as devidas alterações no mês de maio. Item 2. Construção de agenda
197 conjunta com o DGSUAS nas ações de monitoramento da Portaria nº 109/2020 que regulamenta o
198 art. 30 LOAS. Encaminhamentos: 01) Proposta de construção de agenda conjunta com a SNAS-
199 CAC para acompanhamento e monitoramento dos conselhos em conformidade com o art. 30 da
200 LOAS, solicitando ao DGSUAS a participação desta comissão e dos conselhos estaduais em
201 agendas de apoio técnico a serem realizadas com perspectiva de orientação aos entes quanto ao
202 cumprimento do art. 30 da LOAS; 02) Solicitar ao DGSUAS o envio da base de dados de
203 monitoramento das paridades dos conselhos em virtude da aplicabilidade das ações decorrentes da
204 Portaria nº 69/2020. Item 3. Apreciação do Comunicado do Fórum Estadual dos Trabalhadores do
205 Sistema Único de Assistência Social do Amazonas, FETSUAS/AM - Manaus, recebido em 30 de
206 janeiro de 2021, análise de resposta ao ofício do CEAS/AM e do Governo do Estado do Amazonas
207 quanto a esclarecimentos do comunicado do FETSUAS/AM. Encaminhamento: Encaminhar os
208 ofícios recebidos para a Presidência Ampliada para definição da comissão competente para tratar do
209 assunto. Item 4. Definição da pauta do mês de abril/2021, do assunto principal e dos convidados, se
210 houver: 4.1. Discussão de estratégias (Elaboração de um formulário) com vistas a fortalecer a
211 articulação e acompanhamento aos conselhos estaduais e municipais e CAS/DF; 4.2. Apresentação
212 das ações de assessoramento e acompanhamento de três conselhos estaduais aos conselhos
213 municipais - principal ponto de pauta; 4.3. Convidar o DGSUAS para apresentar a listagem de

214 municípios notificados e as devidas providências quanto ao descumprimento do art. 30 da Lei
215 Orgânica da Assistência Social. Abrindo para destaques, o Conselheiro Becchara Rodrigues de
216 Miranda, Representante do Ministério da Cidadania, ponderou que dialogaria com a SAGI como
217 técnico da SNAS, entendendo que não há a necessidade dessa menção no relato, o que foi acatado.
218 Não havendo mais nenhuma consideração, o relato da reunião da Comissão de Acompanhamento
219 aos Conselhos da Assistência Social foi aprovado por unanimidade. Seguindo ao relato da reunião
220 conjunta da Comissão de Acompanhamento aos Conselhos da Assistência Social e da Comissão de
221 Normas da Assistência Social, realizada no dia 9 de março de 2021, o Conselheiro Marco Antonio
222 da Silva Cruzeiro expôs os conselheiros presentes, ouvinte e membros da Secretaria Executiva do
223 CNAS presentes e relatou que foi debatido o seguinte item de pauta: Item 1. Apreciação da Minuta
224 de alteração da Resolução CNAS nº11/2015, que caracteriza os usuários, seus direitos e sua
225 participação na Política Pública de Assistência Social e no Sistema Único de Assistência Social, e
226 revoga a Resolução nº 24, de 16 de fevereiro de 2006. Encaminhamento: O assunto será
227 aprofundado pelos representantes da sociedade civil para inclusão na pauta da Presidência
228 Ampliada no mês de abril, ocorrendo à discussão em reunião conjunta das comissões no mês de
229 maio. Não havendo nenhuma manifestação, o relato da reunião conjunta da Comissão de
230 Acompanhamento aos Conselhos da Assistência Social e da Comissão de Normas da Assistência
231 Social foi aprovado por unanimidade. Prosseguindo para o relato da reunião da Comissão de
232 Política da Assistência Social, realizada no dia 9 de março de 2021, a Conselheira Célia Maria de
233 Souza Melo Lima elencou os conselheiros, convidados e membros da Secretaria Executiva do
234 CNAS presentes e discorreu que foram debatidos os seguintes itens de pauta: Item 1. Ratificação
235 do/da Coordenador/a e do/a Coordenador/a Adjunto/a da Comissão. Encaminhamento: Adiar a
236 referida validação, uma vez que ainda não foi publicada a recomposição das Comissões do CNAS
237 no Diário Oficial da União - DOU. Item 2. Análise das propostas de indicadores das metas do II
238 Plano Decenal da Assistência Social apresentadas na Oficina da RDA. Encaminhamento: Dar
239 continuidade a essa análise na reunião da Comissão de abril. Item 3. Balanço do Pacto de
240 Aprimoramento do SUAS - Gestão Estadual e do DF – 2016/2019. A SNAS propôs a prorrogação
241 desta agenda, devido ao fato de que a apreciação dessa temática se encontra em curso na CIT e
242 somente estará em condições de ser pautada no CNAS após as devidas pactuações na CIT. Item 4.
243 Definição da pauta da reunião de abril/21: 4.1. Ratificação do/da Coordenador/a e do/a
244 Coordenador/a Adjunto/a da Comissão; 4.2. Continuidade da análise das propostas de indicadores

245 das metas do II Plano Decenal da Assistência Social apresentadas na Oficina da RDA. Item 5.
246 Definição do principal ponto de pauta da reunião de abril/21: Continuidade da análise das propostas
247 de indicadores das metas do II Plano Decenal da Assistência Social apresentadas na Oficina da
248 RDA. Não havendo manifestações, o relato da reunião da Comissão de Política da Assistência
249 Social foi aprovado por unanimidade. Seguindo para o relato da reunião conjunta da Comissão de
250 Política da Assistência Social e da Comissão de Normas da Assistência Social, realizada no dia 9 de
251 março de 2021, a Conselheira Célia Maria de Souza Melo Lima elencou os conselheiros,
252 convidados e membros da Secretaria Executiva do CNAS presentes e discorreu que foram debatidos
253 os seguintes itens de pauta: Item 1. Ofício nº 2268/2020/SEDS/SNAS/CGGI/MC - Demanda da
254 Procuradoria da República no Município de Juiz de Fora/MG. Encaminhamentos: 01) Resgate e
255 disponibilização pela Secretaria Executiva dos seguintes documentos: memórias de reuniões das
256 comissões e atas que trataram da questão no Pleno do CNAS; inteiro teor dos processos citados nos
257 ofícios e no relatório de visitas; e parecer conclusivo ou manifestação da CGU no processo
258 fiscalizatório; 02) Levar à consideração da Presidência Ampliada à proposta de Reunião Conjunta
259 da Comissão de Política e Comissão de Normas, a ser realizada em 12 de abril no horário de 14h as
260 17h - Pauta: Apresentação do Plano de Trabalho do Estudo de Caso sobre a execução de serviços
261 socioassistenciais ofertados exclusivamente no CRAS/PAIF e no CREAS/PAEFI e outros a serem
262 ofertados pela rede socioassistencial privada, com proposta de cronograma; 03) As Comissões de
263 Política e de Normas indicam os seguintes conselheiros para proporem o referido Plano de Trabalho
264 do Estudo de Caso, a ser apresentado na Reunião Conjunta Comissão de Política e Comissão de
265 Normas em 12/04/21: Conselheira Magali Basili – CONGEMAS; Conselheira Karoline Aires –
266 SNAS; Conselheira Célia Melo – FONSEAS; Edna Alegro – Segmento Entidades; Vânia Machado
267 – Segmento Trabalhadores; a definir – Segmento Usuários; 04) Realização de reunião do grupo de
268 representantes das Comissões de Política e de Normas no dia 31 de março às 14h, para a construção
269 do referido Plano de Trabalho de Estudo de Caso, sendo que o *link* a ser gerado para essa reunião
270 será de responsabilidade da Conselheira Edna Alegro. Abrindo para manifestações, a Sra. Ieda
271 Maria Nobre Castro questionou o motivo de solicitar o parecer conclusivo ou manifestação da CGU
272 no processo fiscalizatório e a Conselheira Célia Maria de Souza Melo Lima explicou que esse
273 documento será utilizado para subsidiar a decisão do pleno e salientou a necessidade de definir o
274 representante dos usuários. A Conselheira Vânia Maria Machado, Representante da Federação
275 Nacional dos Psicólogos – FENAPSI, ponderou que seria importante que esse representante de

276 usuário fosse das duas comissões, uma vez que esse grupo fará um planejamento de como será feita
277 a análise dos documentos. A Vice-Presidente Aldenora Gomes González informou que está
278 consultando os Conselheiros Agnaldo Umberto Leal e Clóvis Alberto Pereira para definir qual será
279 o conselheiro representante dos usuários. Feitos todos os esclarecimentos, o relato da reunião
280 conjunta da Comissão de Política da Assistência Social e da Comissão de Normas da Assistência
281 Social foi aprovado por unanimidade. Seguindo ao relato da reunião da Comissão de Normas da
282 Assistência Social, realizada no dia 9 de março de 2021, a Conselheira Karoline Aires Ferreira
283 Vasconcelos, Representante do Ministério da Cidadania, elencou os conselheiros e membros da
284 Secretaria Executiva do CNAS presentes e arrazoou que foram debatidos os seguintes itens de
285 pauta: Item 1. Apresentação das contribuições à Consulta Pública da Resolução CNAS 237/2006.
286 Encaminhamento: A Secretaria Executiva encaminhará para todos os conselheiros do CNAS a
287 planilha consolidada com as contribuições da consulta pública até 15 de março. Os conselheiros
288 farão as propostas por meio dos segmentos e estes apresentarão na reunião da comissão de Normas.
289 Item 2. Consolidação de Normas Inferiores a Decreto - Revisão e Consolidação dos atos normativos
290 do Decreto nº 10.139/2019. Encaminhamentos: 01) A Secretaria Executiva irá fazer por escrito o
291 descritivo do enquadramento da tabela construída, devendo enviar o quanto antes para as
292 coordenações do CNAS e conselheiros da Comissão de Normas; 02) Secretaria Executiva por meio
293 das coordenações realizará análise sobre o caráter normativo e também acerca dos atos normativos
294 que estão exauridos/revogados, por escrito, até 09 de abril de 2021; 03) Definição na reunião do dia
295 12 de abril das duplas de conselheiros que farão as análises quanto à eficácia exaurida/revogada;
296 04) Prazo de entrega da análise realizada pelas duplas de conselheiros: 03 de maio. Item 3.
297 Definição da Pauta do mês de abril/2021, do assunto principal e dos convidados, se houver: 3.1.
298 Reunião Conjunta entre Comissão de Normas e Comissão de Acompanhamento aos Conselhos -
299 Análise das contribuições da consulta pública da Resolução nº 237/2006; 3.2. Assunto Principal:
300 Reunião Conjunta entre CN e CAC - Análise das contribuições da consulta pública da Resolução nº
301 237/2006. Item 4. Reunião Conjunta Comissão de Política e Comissão de Normas - Ofício nº
302 2268/2020/SEDS/SNAS/CGGI/MC - Demanda da Procuradoria da República no município de Juiz
303 de Fora/MG. A memória deste item de pauta, será apresentada pela Comissão de Política. Item 5.
304 Reunião Conjunta da Comissão de Acompanhamento aos Conselhos e Comissão de Normas
305 apreciação da Minuta de alteração da Resolução CNAS nº 11/2015, que caracteriza os usuários,
306 seus direitos e sua participação na Política Pública de Assistência Social e no Sistema Único de

307 Assistência Social, e revoga a Resolução nº 24, de 16 de fevereiro de 2006. Abrindo para destaques,
308 a Vice-Presidente Aldenora Gomes González salientou a importância de manter a mesma
309 numeração da Resolução CNAS nº 11/2015 e a Conselheira Karoline Aires Ferreira Vasconcelos
310 esclareceu que, por se tratar apenas de uma alteração pontual, a numeração permanecerá a mesma.
311 Não havendo mais manifestações, o relato da reunião da Comissão de Normas da Assistência Social
312 foi aprovado por unanimidade. Passando ao relato da reunião da Comissão Financiamento e
313 Orçamento da Assistência Social, o Conselheiro Carlos Nambu elencou os conselheiros,
314 convidados, demais conselheiros e membros da Secretaria Executiva do CNAS presentes e
315 discorreu que foram debatidos os seguintes itens de pauta: Item 1. Apresentação dos valores
316 pactuados, orçados e repassados, referente ao exercício de 2020; e qual o impacto que se dá
317 referente à diferença não recomposta no orçamento da Assistência Social. Encaminhamento à
318 Presidência Ampliada: Enviar a todos os conselheiros o Ofício nº 6/2021/CNAS/SE/CF/MC, em
319 resposta a presente pauta. Encaminhamento: Aguardar a CIT para discutir e construir estratégias
320 para enfrentar a situação de defasagem orçamentária, e aprofundar sobre as regras de
321 cofinanciamento do governo federal. Item 1. PLOA 2021. Encaminhamentos: 01) Reiterar urgente e
322 emergencialmente, as solicitações de reunião do Presidente e Vice-Presidente do CNAS com a
323 Frente Parlamentar em Defesa do SUAS e a Deputada Flávia Arruda (Relatora da Comissão Mista
324 de Orçamento). Acréscimo da Comissão: participação do FONSEAS e CONGEMAS; 02) Reiterar
325 urgente e emergencialmente o agendamento da Reunião com o Ministro da Economia para tratar da
326 PLOA 2021 conforme o manifesto do CNAS já aprovado. Acréscimo da Comissão: participação do
327 FONSEAS e CONGEMAS; 03) Reiterar urgente e emergencialmente os ofícios para todos os
328 deputados e senadores em relação à PLOA 2021; 04) Oficiar urgente e emergencialmente os CEAS
329 e CAS-DF, FONACEAS, FONSEAS, CONGEMAS solicitando interlocução e gestão com os
330 deputados e senadores em relação às emendas de comissão, de relator e bancada e/ou recomposição
331 dos recursos das despesas discricionárias, conforme valores constantes no manifesto do CNAS já
332 aprovado; 05) Agendar urgente e emergencialmente Reunião do Presidente, Vice-Presidente do
333 CNAS, FONSEAS e CONGEMAS com o Ministro da Cidadania e a SNAS para tratar da PLOA
334 2021, conforme manifesto do CNAS já aprovado. Item 3. Apresentação dos pontos referentes à
335 Assistência Social, na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO 2021 (Lei nº 14.116, de 31 de
336 dezembro de 2020). Encaminhamento: Encaminhar a apresentação a todos os conselheiros, dando
337 destaque a não alteração da LDO no que se refere à Assistência Social, com referência a 2020,

338 apresentando o quadro de emendas até o momento e enfatizando, conforme atribuição do CNAS, a
339 importância do acompanhamento da elaboração da LDO 2022. Item 4. Apreciar a proposta da
340 SNAS quanto ao instrumental do monitoramento do PPA pelo CNAS. Encaminhamento: Será
341 encaminhada pelo Sr. Adailton a minuta da proposta para debate e encaminhamento. Item 5.
342 Apreciação e discussão da nova proposta de modelo de distribuição dos recursos do
343 cofinanciamento federal. Encaminhamento: Esse item só será incluído na pauta após a pactuação no
344 âmbito da CIT. Item 6. Realização de ciclo formativo na Comissão referente à Execução
345 Orçamentária e Financeira. (Tema: Ciclo Orçamentário - PPA, LDO e LOA, crédito suplementar,
346 emendas). Encaminhamento: O indicativo de data para a *Live* sobre Financiamento e Orçamento é
347 dia 08/04 das 09h30 às 12h30 (Tema: Conceitos Básicos do Orçamento, Como Constituir um
348 Fundo, Como Utilizar os Recursos, e Prestação de Contas). Item 7. Apreciação do Relatório Final
349 da Ação 8249 – Funcionamento dos Conselhos de Assistência Social, exercício 2020.
350 Encaminhamento: Devido ao horário avançado, a Secretaria Executiva encaminhará aos
351 conselheiros da Comissão o Relatório Final da Ação 8249 – Funcionamento dos Conselhos de
352 Assistência Social, exercício 2020, para prévia apreciação. Esse item será debatido na reunião de
353 abril. Item 8. Definição da pauta de abril/2021, do assunto principal e dos convidados, se houver:
354 8.1. Orçamento 2021: 8.1.1 Monitoramento das transferências do 1º Trimestre de 2021 aos
355 municípios); 8.2. Apreciação do Relatório Final da Ação 8249 – Funcionamento dos Conselhos de
356 Assistência Social, 1º trimestre, exercício 2021; 8.3. Apreciar a proposta da SNAS quanto ao
357 instrumento do monitoramento do PPA; 8.4. Apreciação do Relatório Final da Ação 8249 –
358 Funcionamento dos Conselhos de Assistência Social, exercício 2020; 8.5. Realização do ciclo
359 formativo na Comissão referente à Execução Orçamentária e Financeira. Tema: Ordenadores de
360 Despesas (constituição e papel dos Fundos de Assistência Social). Abrindo para os destaques, o
361 Conselheiro Danyel Iório de Lima mencionou que a Deputada Flávia Arruda é a Presidente da
362 CMO e não relatora, sendo que o relator do orçamento de 2021 é o Senador Márcio Bittar. Destacou
363 que existem relatores setoriais, informando que a relatora da temática Cidadania e Esportes é
364 Senadora Eliziane Gama. A Conselheira Célia Maria de Souza Melo Lima solicitou esclarecimentos
365 sobre a tabela de emendas e o Conselheiro Carlos Nambu explanou que as duas emendas de
366 bancada e de comissão foram destinadas à estruturação do SUAS, destacando que a proteção básica
367 e especial não receberam emendas. A Conselheira Vanda Anselmo Braga dos Santos externou a sua
368 preocupação com a situação demonstrada, uma vez que há uma redução do orçamento desde 2016.

369 Compreendeu que existe a necessidade de fazer um movimento coletivo junto ao legislativo dentro
370 do governo federal, para que entenda que o pacto federativo não pode ser rompido. A Sra. Ieda
371 Maria Nobre Castro externou a preocupação com essa tendência das emendas parlamentares serem
372 destinadas à estruturação da rede, visto que a estrutura privada terá mais condições de receber e a
373 existência do processo de transferências feitas a partir da portaria de equalização. O Conselheiro
374 Marcos Maia Antunes, Representante do Ministério da Cidadania, destacou que, em 2019,
375 conseguiram uma reconstituição do orçamento de R\$ 2,5 bilhões em emendas nas ações da proteção
376 básica e especial. A Conselheira Vanda Anselmo Braga dos Santos sugeriu, como encaminhamento,
377 a realização de um estudo técnico jurídico sobre o financiamento da assistência social no atual
378 cenário, para saber quais são os impactos na Política de Assistência Social e as possibilidades de
379 recuperação. O Conselheiro Marcos Maia Antunes explanou que essa discussão já está sendo
380 realizada por um grupo técnico da CIT e observou que a discussão é cabível, uma vez que existe um
381 descompasso do que é aprovado pelo CNAS e orçamento apresentado à sociedade brasileira. A
382 Conselheira Aline Araújo Silva, Representante do Fórum Nacional de Secretários (as) de Estado da
383 Assistência Social – FONSEAS, entendeu que é importante fazer esse estudo para compreender os
384 limites ou não de uma portaria, salientando que o orçamento aprovado pelo CNAS é o orçamento
385 necessário para a manutenção da rede socioassistencial. Discorreu que poderiam retomar os debates
386 sobre o manual de emendas parlamentares a fim de reforçar a necessidade de emendas para a
387 manutenção dos serviços. Externadas todas as opiniões e manifestações pelos conselheiros, foi
388 incluído como encaminhamento da plenária: Pautar na Comissão de Financiamento e Orçamento
389 debate sobre “Realização de um estudo técnico sobre o cofinanciamento da assistência social no
390 atual cenário” com convidados a serem indicados pela Comissão. Não havendo mais manifestações,
391 o relato da reunião da Comissão Financiamento e Orçamento da Assistência Social foi aprovado por
392 unanimidade. **ENCERRAMENTO 11/03/2021:** Com a chegada do Presidente Miguel Ângelo
393 Gomes Oliveira, realizou o encerramento do primeiro dia da 294ª Reunião Ordinária do CNAS,
394 agradecendo a presença de todos. **ABERTURA 12/03/2021:** O Presidente Miguel Ângelo Gomes
395 Oliveira iniciou o segundo dia da 294ª Reunião Ordinária do CNAS cumprimentando a todos e
396 solicitou que a Secretária-Executiva Substituta do CNAS realizasse a verificação do quórum.
397 Verificado o quórum, informou que receberam o parecer da CONJUR/MC em relação à convocação
398 da 12ª Conferência Nacional de Assistência Social, alertando que o CNAS não poderia fazer o
399 momento em relação ao Parágrafo Único do art. 4º da resolução, em que há a atribuição de algumas

400 situações envolvendo outros órgãos do Ministério da Cidadania. Lembrou que havia feito um
401 destaque em relação a essa redação na reunião anterior e informou que procurou fazer um diálogo
402 com o Ministro junto com a Secretaria Especial de Desenvolvimento Social – SEDS para que fosse
403 elaborada a portaria conjunta para superar a questão, visto que a portaria conjunta foi assinada na
404 tarde de ontem e publicada nesse dia. Compreendeu que é necessário dialogar sobre outros assuntos,
405 inclusive a sugestão da Vice-Presidente, de reavaliação da resolução do cronograma para que
406 pudesse dá maior espaço para as conferências municipais. Solicitou que essa questão fosse incluída
407 na pauta. Notificou que, no dia 26 de fevereiro de 2021, a Secretaria Executiva do CNAS recebeu
408 do CONGEMAS as indicações da Sra. Ieda Maria Nobre Castro como titular e da Sra. Magali
409 Pereira Costato Basili como suplente e enviou a solicitação à SNAS de publicação de nova portaria
410 de nomeação. Passando ao relato da reunião da Presidência Ampliada do CNAS, realizada no dia 10
411 de março de 2021, a Sra. Mirian da Silva Queiroz elencou os participantes e membros da Secretaria
412 Executiva do CNAS presentes e discorreu que foram debatidos os seguintes itens de pauta: Item 1.
413 Ofício nº 025/CMAS/2021 de Cuiabá/MT recebido no dia 12 de fevereiro de 2021, que envia
414 ofícios e relatórios de visitas dos conselheiros. Encaminhamento PA: A Secretaria Executiva irá
415 avaliar se há necessidade de solicitar mais informações para em seguida encaminhar ao Presidente e
416 Vice-Presidente, se for configurado como denúncia. Item 2. Manifesto do CEAS/RS contra a
417 robotização do Cadastro Único recebido no dia 12 de fevereiro de 2021. Encaminhamento PA:
418 Encaminhar a nota para conhecimento da CABTR. Item 3. Nota de Repúdio do CEAS/CE recebido
419 no dia 26 de fevereiro de 2021. Encaminhamento PA: Encaminhar a nota para conhecimento da
420 CABTR. 4. Ofício nº 003/2021 – Movimento Nacional População de Rua - MNPR recebido no dia
421 16 de fevereiro de 2021, pelo qual solicita a inclusão da população em situação de rua nos estados e
422 municípios como público prioritário dentro de uma das três fases do Plano de Vacinação –
423 conforme consta no ofício nº 49/2021/SVS/MS do Plano Nacional de Vacinação. Encaminhamento
424 PA: Encaminhar o ofício ao Ministério da Saúde (No ofício – incluir: Tendo em vista que a
425 População em Situação de Rua faz parte do público prioritário no Plano, o CNAS enfatiza a
426 importância dessa priorização encaminhando anexo ofício recebido MNPPR). Item 5. Informes: 5.1
427 Ofício nº 007/2021-CMASS – Santarém/PA recebido no dia 23 de fevereiro de 2021, que trata de
428 Consulta do Conselho Municipal acerca da composição do controle social do conselho de
429 assistência social. Respondido pela SE/CNAS, em 01/03/2021 – Ofício nº 14/2021/CNAS/SE/MC.
430 Item 6. Informe e encaminhamentos das reuniões das Comissões para deliberação da Presidência

431 Ampliada: 6.1. Comissão de Acompanhamento aos Conselhos da Assistência Social: Assunto
432 principal: Construção de agenda conjunta com o DGSUAS nas ações de monitoramento da Portaria
433 109/2020 que regulamenta o art. 30 LOAS. a) Apreciação do Comunicado do Fórum Estadual dos
434 Trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social do Amazonas, FETSUAS/AM - Manaus,
435 recebido em 30 de janeiro de 2021, análise de resposta ao ofício do CEAS/AM e do Governo do
436 Estado do Amazonas quanto a esclarecimentos do comunicado do FETSUAS/AM.
437 Encaminhamento: Encaminhar os ofícios recebidos para a Presidência Ampliada para definição da
438 comissão competente para tratar do assunto (Referência Processo Sei nº 71000.006.233/2021-05,
439 onde constam todos os ofícios referente ao pleito). Encaminhamento PA: O assunto deverá ser
440 apreciado conjuntamente na Comissão de Acompanhamento aos Conselhos e Normas. Incluir na
441 pauta uma reunião conjunta de Comissão de Acompanhamento aos Conselhos e Normas para maio;
442 b) Apreciação da Minuta de alteração da Resolução CNAS nº 11/2015, que caracteriza os usuários,
443 seus direitos e sua participação na Política Pública de Assistência Social e no Sistema Único de
444 Assistência Social, e revoga a Resolução nº 24, de 16 de fevereiro de 2006. Encaminhamento: O
445 assunto será aprofundado pelos representantes da sociedade civil para inclusão na pauta da
446 Presidência Ampliada no mês de abril, ocorrendo a discussão na reunião conjunta das comissões no
447 mês de maio. Encaminhamento PA: De acordo. 6.2. Comissão de Normas da Assistência Social:
448 Assunto Principal: Consolidação de Normas Inferiores a Decreto - Revisão e consolidação dos atos
449 normativos do Decreto nº 10.139/2019. Encaminhamento: Solicita à Presidência Ampliada uma
450 Reunião Conjunta entre Comissão de Normas e Comissão de Acompanhamento aos Conselhos.
451 Análise das contribuições da consulta pública da Resolução nº 237/2006 para abril.
452 Encaminhamento PA: De acordo (no período da tarde). 6.3. Comissão de Política da Assistência
453 Social. Assunto principal: Análise das propostas de indicadores do II Plano Decenal apresentadas na
454 Oficina da RDA; 6.4. Comissão de Normas da Assistência Social e de Acompanhamento aos
455 Conselhos da Assistência Social; 6.5. Comissão de Normas da Assistência Social e de Política da
456 Assistência Social: a) Ofício nº 2268/2020/SEDS/SNAS/CGGI/MC - Demanda da Procuradoria da
457 República no Município de Juiz de Fora/MG. Encaminhamento: Levar à consideração da
458 Presidência Ampliada a proposta de Reunião Conjunta da Comissão de Política e Comissão de
459 Normas, a ser realizada em 12 de abril no horário de 14h as 17h. Pauta: Apresentação do Plano de
460 Trabalho do Estudo de Caso sobre a execução de serviços socioassistenciais ofertados
461 exclusivamente no CRAS/PAIF e no CREAS/PAEFI e outros a serem ofertados pela rede

462 socioassistencial privada, com proposta de cronograma. Encaminhamento PA: A reunião conjunta
463 ficará para o mês de maio; 6.6. Comissão de Financiamento e Orçamento da Assistência Social.
464 Assunto principal: Apresentação dos valores pactuados, orçados e repassados, referente ao exercício
465 de 2020; e qual o impacto que se dá referente à diferença não recomposta no orçamento da
466 Assistência Social. Projeto de Lei Orçamentária Anual - PLOA 2021. Encaminhamentos: Enviar a
467 todos os conselheiros o Ofício nº 6/2021/CNAS/SE/CF/MC. Deliberações da Plenária do Conselho
468 Nacional de Assistência Social – CNAS, em resposta a presente pauta. (1. Apresentação dos valores
469 pactuados, orçados e repassados, referente ao exercício de 2020; e qual o impacto que se dá
470 referente à diferença não recomposta no orçamento da Assistência Social. Convidado: DEFNAS e
471 SNAS). Encaminhamento PA: De acordo; a) O indicativo de data para a *Live* sobre Financiamento e
472 Orçamento é dia 08/04 das 09h30 às 12h30. Encaminhamentos PA: O CNAS (SE) e a Presidência
473 Ampliada realizarão *Live* formativa sobre o tema de financiamento e orçamento. As questões
474 logísticas ficarão sob responsabilidade da Presidência Ampliada e da Secretaria Executiva; 6.7
475 Reunião da Comissão de Acompanhamento dos Benefícios da Política Nacional de Assistência
476 Social e Transferência de Renda. Assunto principal: Apresentação sobre o andamento dos trabalhos
477 do Comitê de Cadastro de Inclusão e Avaliação Unificada da Deficiência; a) Reflexão e
478 esclarecimento sobre a pertinência do Inciso VI do art. 3º da Resolução CNAS/MC nº 27/2020, que
479 institui a Comissão de Acompanhamento dos Benefícios da Política Nacional de Assistência Social
480 e de Transferência de Renda. Encaminhamento: Levar à consideração da Presidência Ampliada a
481 necessidade de revisão do conteúdo dos incisos constantes nas resoluções de criação das Comissões
482 de Política; de Financiamento e Orçamento; de Acompanhamento aos Conselhos; e de
483 Acompanhamento de Benefícios da Política de Assistência Social e de Transferência de Renda,
484 conforme levantamento anexo, guardadas as especificidades de cada Comissão. Encaminhamento
485 PA: A Presidência Ampliada encaminha para o Pleno as propostas de alteração do art. 3º, nos
486 incisos constantes nas resoluções de criação das Comissões de Política (Inciso VI); de
487 Financiamento e Orçamento (Inciso VII); de Acompanhamento aos Conselhos (Inciso VIII); e de
488 Acompanhamento de Benefícios da Política de Assistência Social e de Transferência de Renda
489 (Inciso VI). Redação atual: “*desenvolver ações para implementar as prioridades do CNAS no*
490 *biênio 2020/2022 em relação...*”. Proposta de nova redação: “*debater e fazer proposições para*
491 *implementação das prioridades do CNAS no biênio 2020/2022 em relação ...*”. Item 7. Pauta da
492 295ª Reunião do CNAS – Abril/2021. Encaminhamento PA: Propõe que a reunião da Comissão

493 Organizadora da 12ª Conferência Nacional de Assistência Social seja realizada no dia 25 de março.
494 Dia 12/04/2021 – Reunião de Comissões - 9h30 às 16h: Reunião da Comissão de Política da
495 Assistência Social; 9h30 às 12h - Reunião da Comissão de Acompanhamento aos Conselhos da
496 Assistência Social; Reunião da Comissão de Normas da Assistência Social; 14h às 18h - Reunião
497 Conjunta da Comissão de Normas da Assistência Social e de Acompanhamento aos Conselhos da
498 Assistência Social. Dia 13/04/2021 – Reunião de Comissões: 9h às 16h - Reunião da Comissão de
499 Financiamento e Orçamento da Assistência Social; 16h às 18h - Reunião da Presidência Ampliada.
500 Dia 14/04/2021 – Plenária: 9h30 às 10h - Aprovação da ata da 294ª Reunião Ordinária e da pauta da
501 295ª Reunião Ordinária do CNAS; 10h às 11h - Informes da Presidência/Secretaria Executiva, MC,
502 FONSEAS, CONGEMAS, CIT e Conselheiros; Informes da SNAS sobre a Covid-19; 11h às 12h30
503 - Apresentação dos resultados de estudo realizado por uma consultoria, cujo objetivo foi demonstrar
504 o panorama da aplicação dos parâmetros nacionais estabelecidos pela Resolução CNAS nº 6, de 13
505 de abril de 2016; 14h às 18h - Relato da Comissão Organizadora da 12ª Conferência Nacional de
506 Assistência Social. Dia 15/04/2021 – Plenária: 9h30 às 10h30 - Relato da Presidência Ampliada do
507 CNAS; 10h30 às 12h - Relato da reunião da Comissão Financiamento e Orçamento da Assistência
508 Social; 14h às 15h30 - Relato da reunião da Comissão de Acompanhamento aos Conselhos da
509 Assistência Social e relato da Reunião Conjunta da Comissão de Normas da Assistência Social e de
510 Acompanhamento aos Conselhos da Assistência Social; 15h30 às 16h30 - Relato da reunião da
511 Comissão de Política da Assistência Social; 16h30 às 17h30 - Relato da reunião da Comissão de
512 Normas da Assistência Social. Abrindo para os destaques, a Conselheira Vânia Maria Machado
513 discorreu que a Resolução CNAS nº 11/2015 será trata na reunião conjunta das Comissões de
514 Acompanhamento aos Conselhos e de Normas. Com relação à pauta da 295ª Reunião Ordinária, a
515 Vice-Presidente Aldenora Gomes González solicitou que a reunião conjunta das Comissões de
516 Acompanhamento aos Conselhos e de Normas fosse prorrogada até às 18h, o que foi acatado. Não
517 havendo mais destaques, o relato da reunião da Presidência Ampliada do CNAS foi aprovado por
518 unanimidade. Dando sequência, o Presidente Miguel Ângelo Gomes Oliveira solicitou que fosse
519 projetada a resolução que trata do cronograma da 12ª Conferência Nacional de Assistência Social
520 para análise da proposta de alteração das conferências municipais. A Sra. Ieda Maria Nobre Castro
521 entendeu que essa seria a oportunidade de pautar a discussão sobre a revisão da decisão anterior
522 sobre a não inclusão do CONGEMAS e do FONSEAS na Comissão Organizadora da 12ª
523 Conferência Nacional de Assistência Social. Afirmou que o CONGEMAS está realizando essa

524 solicitação por ser representante do governo municipal e por ter muito a contribuir no processo
525 conferencial. O Presidente Miguel Ângelo Gomes Oliveira ponderou que esse assunto já foi
526 superado, explicando que o CONGEMAS e o FONSEAS serão convidados pela Comissão para
527 participar dos debates sobre a organização. A Conselheira Célia Maria de Souza Melo Lima
528 observou que a data definida para o início das conferências municipais, considerando que ainda é
529 necessário definir os eixos temáticos e os textos orientadores, impossibilita que os conselhos
530 estaduais orientem os conselhos municipais, sugerindo que as conferências municipais sejam
531 iniciadas no mês de maio. Salientou a importância da inclusão do CONGEMAS e do FONSEAS na
532 Comissão Organizadora e lembrou que ainda está pendente a indicação de um usuário para o grupo
533 formado na reunião conjunta das Comissões de Política e de Normas. O Presidente Miguel Ângelo
534 Gomes Oliveira arrazoou que a Comissão Organizadora se reunirá no dia 25 de março para tratar
535 dos eixos, que serão apreciados na reunião plenária de abril, propondo que as conferências
536 municipais fossem realizadas no mês de maio até agosto e as conferências estaduais fossem
537 iniciadas no mês de agosto. A Conselheira Vanda Anselmo Braga dos Santos manifestou que seria
538 complicado os estados iniciarem as suas conferências no mesmo mês que inicia o prazo para os
539 estados, sugerindo que as conferências estaduais fossem realizadas de setembro a outubro. Reiterou
540 a importância de revisão da decisão de não inclusão do CONGEMAS e do FONSEAS na Comissão
541 Organizadora. A Conselheira Vânia Maria Machado ponderou que as conferências municipais
542 poderiam ser iniciados no dia 1º de maio e compreendeu que as solicitações do CONGEMAS e do
543 FONSEAS podem ser discutidas. A Conselheira Edna Aparecida Alegro, Representante da
544 Federação Nacional das Associações Pestalozzi – FENAPESTALOZZI, entendeu que é inviável
545 que as conferências estaduais sejam iniciadas antes de terminar as conferências municipais e que o
546 pleno é soberano e pode discutir assuntos já deliberados. O Presidente Miguel Ângelo Gomes
547 Oliveira relatou que o assunto sobre a Comissão Organizadora já foi decidido pelo pleno e não está
548 em pauta e explanou que a proposta é realizar as conferências municipais a partir do dia 2 de maio
549 até o dia 30 de agosto de 2021 e as conferências estaduais a partir do dia 2 de setembro até o dia 30
550 de outubro. Feitos todos os ajustes, foi aprovada a seguinte redação para o art. 5º: “I. As
551 *conferências municipais de Assistência social sejam realizados no período 3 de maio a 31 de*
552 *agosto de 2021; II – O conferências estaduais de assistência social e do Distrito Federal sejam*
553 *realizadas no período de 1º de setembro a 31 de outubro de 2021”. Seguindo para o relato da*
554 reunião da Comissão de Acompanhamento dos Benefícios da Política Nacional de Assistência

555 Social e Transferência de Renda, realizada no dia 10 de março de 2021, a Conselheira Edna
556 Aparecida Alegro elencou os conselheiros, convidados e membros da Secretaria Executiva do
557 CNAS presentes e discorreu que foram debatidos os seguintes itens de pauta: Item 1. Apresentação
558 sobre o andamento das ações do Grupo de Trabalho Interinstitucional sobre o Modelo Único de
559 Avaliação Biopsicossocial da Deficiência. Encaminhamentos: 01) A Comissão de
560 Acompanhamento dos Benefícios da Política Nacional de Assistência Social e de Transferência de
561 Renda manifesta-se favorável à continuidade das atividades do Grupo de Trabalho Interinstitucional
562 sobre o Modelo Único de Avaliação Biopsicossocial da Deficiência – GTI conforme prevê o
563 Decreto no 10.611/2021. Recomenda ainda que as adequações e eventuais correções que se façam
564 necessárias sejam realizadas antes da implementação do referido instrumento único de avaliação
565 biopsicossocial da deficiência; 02) Enviar para conhecimento dos conselheiros do CNAS a
566 apresentação da Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência/MMFDH; 03) Enviar
567 para conhecimento dos conselheiros da Comissão de Acompanhamento de Benefícios e
568 Transferência de Renda os documentos, relatórios referentes ao Modelo Único de Avaliação
569 Biopsicossocial da Deficiência e resoluções do CONADE que o Presidente do CONADE se
570 comprometeu a encaminhar ao CNAS. Item 2. Apresentação da evolução da inclusão dos
571 beneficiários do BPC no CadÚnico. Encaminhamento: Enviar para conhecimento dos conselheiros
572 do CNAS a apresentação da evolução da inclusão dos beneficiários do BPC no CadÚnico. Item 3.
573 Informe sobre novo Cadastro Único e o aperfeiçoamento do Programa Bolsa Família - PBF.
574 Encaminhamento: Que este tema seja retomado em momento oportuno. Item 4. Reflexão e
575 esclarecimento sobre a pertinência do Inciso VI do art. 3º da Resolução CNAS/MC nº 27/2020, que
576 institui a Comissão de Acompanhamento dos Benefícios da Política Nacional de Assistência Social
577 e de Transferência de Renda. Encaminhamento: Levar à consideração da Presidência Ampliada a
578 necessidade de revisão do conteúdo dos incisos constantes nas resoluções de criação das Comissões
579 de Política; de Financiamento e Orçamento; de Acompanhamento aos Conselhos; e de
580 Acompanhamento de Benefícios da Política de Assistência Social e de Transferência de Renda,
581 conforme levantamento realizado pela Secretaria Executiva, guardadas as especificidades de cada
582 Comissão. Item 5. Apreciação da minuta de informativo – Benefícios Eventuais. Encaminhamentos:
583 01) A Comissão propõe a inclusão do seguinte parágrafo no informativo, com o registro do voto em
584 contrário do Conselheiro André Veras em relação ao termo “fiscalizar”, que não consta no texto na
585 norma maior – a Lei Orgânica da Assistência Social: “*Cabe aos Conselhos acompanhar, avaliar,*

586 *fiscalizar a gestão dos recursos bem como os ganhos sociais e o desempenho dos serviços,*
587 *programas, projetos e benefícios socioassistenciais, conforme prevê o art. 121, inciso IX da*
588 *NOBSUAS, aprovada pela Resolução CNAS no 33, de 12 de dezembro de 2012.”; 02) Após a*
589 aprovação do Pleno, a Secretaria Executiva do CNAS diagramará o informativo para utilização
590 *online*, de forma a permitir abrir os *links* dos documentos referenciados no documento e o enviará
591 para validação final dos integrantes da Comissão antes de sua divulgação ampla nas mídias sociais
592 do CNAS. Item 6. Definição da pauta de maio/2021: 6.1. Ratificação do Coordenador/a e do/a
593 Coordenador/a Adjunto/a da Comissão; 6.2. Apresentação sobre Poupança Social Digital e IGD
594 Bolsa; 6.3. Debate a respeito da revisão do protocolo de gestão integrada de benefícios serviços e
595 transferência de renda no âmbito do SUAS, tendo como perspectiva informações do CadÚnico; 6.4.
596 Releitura do Plano de Ação da Comissão. Item 7. Indicação do principal ponto de pauta da reunião
597 de maio/21: Debate a respeito da revisão do protocolo de gestão integrada de benefícios serviços e
598 transferência de renda no âmbito do SUAS, tendo como perspectiva informações do CadÚnico.
599 Abrindo para destaques, o Conselheiro André Rodrigues Veras, Representante do Ministério da
600 Cidadania, parabenizou o Conselho pela aprovação e conclusão sobre esse importante instrumento
601 único para avaliação das pessoas com deficiência e o Conselheiro Clóvis Alberto Pereira pela
602 sabedoria e equilíbrio no tratamento desse tema. Após algumas discussões, foi incluído o seguinte
603 encaminhamento proposta pela Conselheira Vânia Maria Machado no Item 1. Apresentação sobre o
604 andamento das ações do Grupo de Trabalho Interinstitucional sobre o Modelo Único de Avaliação
605 Biopsicossocial da Deficiência: Recomendar à Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com
606 Deficiência/ MMFDH a efetiva participação das entidades de representantes dos trabalhadores e
607 entidades responsáveis pela implantação da referida avaliação, bem como a promoção de
608 capacitação desses avaliadores. A Conselheira Vânia Maria Machado registrou que o Fórum
609 Nacional dos Trabalhadores emitiu uma nota bastante completa sobre o BPC. Realizada a leitura do
610 informativo sobre o papel dos conselhos municipais e do Distrito Federal na regulamentação dos
611 Benefícios Eventuais como direito das cidadãs e dos cidadãos, o Presidente Miguel Ângelo Gomes
612 Oliveira colocou-a em votação, sendo aprovado por unanimidade. O Conselheiro Marco Antonio da
613 Silva Cruzeiro explanou que o ofício encaminhado pelo Fórum dos Trabalhadores do SUAS solicita
614 a apreciação da nota sobre o BPC, sugerindo que essa apreciação fosse realizada na próxima
615 reunião da Comissão em maio. Incluída apreciação da nota sobre o BPC do FNTSUAS em outros
616 assuntos e não havendo mais nenhum comentário, o relato da reunião Comissão de

617 Acompanhamento dos Benefícios da Política Nacional de Assistência Social e Transferência de
618 Renda foi aprovado por unanimidade. Antes de seguir ao próximo item de pauta, o Presidente
619 Miguel Ângelo Gomes Oliveira informou que já assinou a resolução com as orientações para a 12ª
620 Conferência Nacional de Assistência Social que foi finalizada pela Secretaria Executiva, destacando
621 que será publicada no DOU na próxima segunda-feira. Prosseguindo para a definição do
622 representante do segmento de usuários para o grupo que irá propor o Plano de Trabalho do Estudo
623 de Caso, a ser apresentado na Reunião Conjunta das Comissões de Normas e de Política, a
624 Conselheira Célia Maria de Souza Melo Lima informou que estão indicado o Conselheiro
625 Aginaldo Umberto Leal, que foi aprovado por unanimidade. O Conselheiro Marco Antonio da
626 Silva Cruzeiro compreendeu que é necessário apreciar as alterações do art. 3º das resoluções de
627 criação das comissões e a Sra. Mirian da Silva Queiroz intuiu que seria adequado que a Comissão
628 de Normas voltasse ao ponto de pauta e elaborasse as minutas para apreciação do pleno. O
629 Conselheiro Marco Antonio da Silva Cruzeiro discorreu que não concorda com o encaminhamento
630 da Secretária-Executiva Substituta, uma vez que essa questão vem sendo reiteradamente pautada e a
631 alteração poderia ser realizada diretamente nas resoluções. O Presidente Miguel Ângelo Gomes
632 Oliveira observou que os pequenos ajustes não trarão prejuízos, solicitando que a Secretaria
633 Executiva fizesse uma breve explanação sobre o tema. A Sra. Mirian da Silva Queiroz lembrou que
634 ficou pendente a indicação dos nomes dos representantes do CONGEMAS e do FONSEAS nas
635 comissões na 293ª Reunião Ordinária, sendo que estão aguardando a publicação da portaria de
636 designação por parte do Ministério da Cidadania para dá prosseguimento ao processo de publicação
637 da resolução trazendo todos os nomes. Consensuado que a Secretaria Executiva do CNAS elaborará
638 a minuta de resolução para apreciação da Presidência Ampliada, a qual poderá ser aprovada *ad*
639 *referendum* para publicação, passou-se a discussão da criação de uma Comissão (de Ética ou outra).
640 O Presidente Miguel Ângelo Gomes Oliveira realizou um breve resgate da Resolução CNAS nº 29,
641 de 14 de outubro de 2014, abrindo para manifestação dos conselheiros. O Conselheiro Marco
642 Antonio da Silva Cruzeiro entendeu que a criação da Comissão de Ética causará a perda da
643 possibilidade de criar outra comissão, tendo em vista que não há questões éticas para serem
644 discutidas constantemente. A Conselheira Maria Aparecida do Amaral Godoi de Faria,
645 Representante da Central Única dos Trabalhadores – CUT, postulou que a resolução não foi
646 colocada em prática por não haver nenhum caso que merecesse uma atenção do ponto de vista do
647 Código de Ética, questionando qual seria a relevância para a sua criação nesse momento. O

648 Presidente Miguel Ângelo Gomes Oliveira explicou que através da leitura do Código de Ética é
649 possível perceber que a comissão deve ser constituída para atuar de ofício ou não e a Conselheira
650 Valneide Nascimento dos Santos ponderou que não consegue entender a justificativa colocada,
651 salientando a necessidade de dedicarem a realização da Conferência Nacional. A Conselheira
652 Vanda Anselmo Braga dos Santos arrazoou que a Comissão de Ética é instalada para tratar de
653 determinados assuntos e se encerra quando são resolvidos, explanando que não está entendendo o
654 motivo de tratar desse assunto nesse momento, em que há tantas demandas do SUAS. O
655 Conselheiro André Rodrigues Veras elucidou que, em sua leitura das disposições regimentais
656 combinadas com a resolução apresentada, a Comissão de Ética precisa está de fato instalada para a
657 sua atuação e ponderou que não há necessidade de realizar reuniões periódicas. A Conselheira
658 Natália Cerqueira de Sousa, Representante do Ministério da Cidadania, esclareceu que a Comissão
659 de Ética sempre existiu no Regimento Interno do CNAS e entendeu que a sua criação apenas dará
660 continuidade ao que sempre foi feito. A Conselheira Célia Maria de Souza Melo Lima relatou que
661 fez parte da Comissão de Ética do CNAS, que foi constituída por houver um caso que necessitou de
662 apreciação e funcionou até a sua conclusão. Solicitou mais esclarecimentos se não seria possível
663 criar essa comissão apenas no momento que necessitar. A Conselheira Natália Cerqueira de Sousa
664 explicou que havia a previsão de criação da Comissão de Ética no Regimento Interno do CNAS,
665 porém, com a retirada dessa questão devido ao Decreto nº 9759/2019 é necessário elaborar uma
666 resolução de criação para que possa agir de ofício no sentido da sua composição e atuação.
667 Colocadas todas as opiniões e manifestações dos conselheiros, o Conselheiro Marco Antonio da
668 Silva Cruzeiro colocou a sua proposta de criação da Comissão de Acompanhamento das
669 Deliberações das Conferências Nacionais e o Conselheiro Danyel Iório de Lima questionou se a
670 proposta colocada em debate seria de substituir a Comissão de Ética por outra comissão. O
671 Conselheiro Marco Antonio da Silva Cruzeiro esclareceu que, durante troca de mensagem pelos
672 membros da Presidência Ampliada, foi discutida a necessidade de criar uma nova comissão para
673 garantir a paridade na Presidência Ampliada, visto que está defendendo a criação da Comissão de
674 Acompanhamento das Deliberações das Conferências Nacionais ao invés da Comissão de Ética, que
675 poderá ser criada a qualquer momento em virtude da sua necessidade. Realizados todos os
676 esclarecimentos aos questionamentos colocados, o Presidente Miguel Ângelo Gomes Oliveira
677 observou que existem duas propostas: Proposta 1. Criação da Comissão de Ética delimitada as suas
678 atribuições pela Resolução do CNAS nº 29, de 14 de outubro de 2014; e a Proposta 2. Criação da

679 Comissão de Acompanhamento das Deliberações das Conferências Nacionais. A Conselheira Edna
680 Aparecida Alegro afirmou que está muito confusa e solicitou vista sobre o assunto, para que seja
681 debatido mais claramente na próxima reunião. O Conselheiro Marco Antonio da Silva Cruzeiro
682 retirou a sua proposta e também solicitou vistas do assunto e a Conselheira Rozangela Borota
683 Teixeira, Representante da Federação Brasileira de Associações Socioeducacionais de Adolescentes
684 – FEBRAEDA, propôs criar a Comissão de Monitoramento das Deliberações das Conferências
685 Nacionais com participação na Presidência Ampliada e a Comissão de Ética sem participação na
686 Presidência Ampliada. O Presidente Miguel Ângelo Gomes Oliveira solicitou que fosse
687 acrescentado apenas que a criação da Comissão de Ética teria as suas atribuições delimitadas pela
688 Resolução do CNAS nº 29, de 14 de outubro de 2014. Diante a proposta realizada pela Conselheira
689 Rozangela Borota Teixeira, a Conselheira Edna Aparecida Alegro retirou a sua solicitação de vista
690 do assunto. Não havendo mais manifestações, o Presidente Miguel Ângelo Gomes Oliveira colocou
691 em votação as seguintes propostas: Proposta 1. Criação da Comissão de Ética delimitada as suas
692 atribuições pela Resolução do CNAS nº 29, de 14 de outubro de 2014; Proposta 2. Criação da
693 Comissão de Monitoramento das Deliberações das Conferências com participação da Presidência
694 Ampliada e recriação da Comissão de Ética delimitada suas atribuições definidas na Resolução
695 29/2014 sem participação na Presidência Ampliada, sendo aprovada por unanimidade a Proposta 2
696 com 17 votos favoráveis (Aldenora Gomes González, André Rodrigues Veras, Célia Maria de
697 Souza Melo Lima, Danyel Iório de Lima, Marco Antonio da Silva Cruzeiro, Maria Aparecida do
698 Amaral Godoi de Faria, Miguel Ângelo Gomes de Oliveira, Rozangela Borota Teixeira, Thaís Serra
699 de Vasconcellos, Vanda Anselmo Braga dos Santos, Vitória Batista Silva, Telma Maria Viga de
700 Albuquerque, Valneide Nascimento dos Santos, Edna Aparecida Alegro, Solange Teixeira, Heloiza
701 de Almeida Prado Botelho Egas, Sílvia Regina dos Santos). Compreendeu que o melhor
702 encaminhamento, nesse momento, será que a Secretaria Executiva elabore a minuta das respectivas
703 comissões para encaminhamento à Presidência Ampla e votação na próxima reunião ordinária do
704 CNAS, o que foi aprovado. **ENCERRAMENTO:** Finalizados os itens de pauta, o Presidente
705 Miguel Ângelo Gomes Oliveira agradeceu a presença de todos e encerrou a 294ª Reunião Ordinária
706 do CNAS.

707

708

Miguel Ângelo Gomes Oliveira

709

Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS

710

711

Março de 2021